



## Palestra 3: O Planejamento e a questão federativa

### Degravação “*ipsis litteris*”

**Senhor Bruno Moretti:** Boa tarde a todos. Alguns já me conhecem, outros não. O convite a rigor foi feito para o secretário Afonso. Ele não pôde participar e pediu para eu substituí-lo e falar sobre planejamento e a questão federativa. Existem diversas maneiras de tratar essa questão. Eu fiz, inclusive acertei com o secretário, que colocaria algumas teses que, inclusive, estão em discussão no âmbito da secretaria a respeito da minha posição, mas gostaria que vocês entendessem como uma posição oficial da secretaria, uma posição entre tantas que vêm sendo discutidas lá dentro. Como eu resolvi organizar a minha fala? Eu queria fazer um painel empírico, para vocês eu separei dois grupos de municípios para mostrar como, na verdade, a questão federativa nos remete a mundos muito diferentes. Após fazer essa breve explanação empírica, eu vou colocar essas teses associadas a planejamento, orçamento e a questão federativa. A partir de qual filtro eu fiz esse debate? A gente resolveu tomar algumas amostras de municípios segundo as suas receitas per capita.

E aí trabalhamos com aqueles municípios que estão incluídos entre os 20% que têm maiores receitas per capita para dar que idéia? Da capacidade de financiamento de suas políticas públicas. E os municípios, ao contrário, com as piores capacidades, incluídos também nos 20% com menores receitas per capita. Então nós estamos trabalhando basicamente com dois grupos: os que estão entre os 20% com maior capacidade de financiamento, conforme eu

coloquei, e os de pior capacidade de financiamento. Vou explorar um pouco aqui a diferença entre ambos para, no final das contas, chegar a uma conclusão que a muitos pode parecer óbvia, mas eu acho que nossos instrumentos de Estado hoje estão longe de dar conta disso porque é como a gente planeja, orça, oferece limites, etc. baseando-se nessas diferenças substantivas de realidades que podem ser tratadas de muitas maneiras, eu aqui estou tratando por essa ótica da receita. Vamos lá.

Primeiro grupo com municípios entre os 20% com maior receita corrente per capita. O que acontece? Em uma comparação com o nosso país, o PIB per capita brasileiro é, a preços de 2007, de R\$ 14 mil. Esse grupo que pertence àqueles que têm maior receita per capita tem um PIB de R\$ 30,7 mil. Ou seja, mais do que duas vezes superior ao PIB per capita médio brasileiro. Só uma questão metodológica, esse grupo dos 20% significa a rigor cerca de mil municípios, uma vez que esse sistema, que é do Tesouro Nacional, ele detém informação de cerca de cinco mil municípios em torno de sua receita. Portanto, 20% dos municípios com maior receita per capita significa um universo de mil municípios. Esses municípios significam 30% do PIB brasileiro, mas apenas 14% de sua população. É como se a gente tivesse uma pequena fatia da população concentrando algo que é duas vezes, em termos de PIB, o que ela representa em termos de população. Como eu disse, o PIB per capita dessa população equivale a duas vezes o PIB médio brasileiro.

Os números são esses. Para uma média de R\$ 14 mil, a gente tem esse grupo específico dos 20% de maior receita com R\$ 30,7 mil, significando 30% do PIB brasileiro. Como acho que é mais ou menos esperado, essa é a distribuição regional dos municípios que compõem esse grupo dos 20%. E aí fica clara a predominância dos municípios do Sul e do Sudeste. Um fato interessante é que, quando a gente está lidando com receita per capita, os municípios que aparecem entre aqueles de maior receita são fundamentalmente os municípios pequenos do Brasil no Sul e Sudeste, entretanto associados a São Paulo. Então, a rigor, esses números são puxados pela enormidade de São Paulo e mais por um conjunto enorme de

municípios pequenos do ponto de vista evidentemente da receita per capita. Aqui, a gente gerou alguns números da RAICE para olhar os vínculos formais públicos e privados e chegou ao seguinte resultado: esse grupo dos 20% de maior receita tinha 8,7 milhões ocupações em 2008, significando mais ou menos um acréscimo, nesse último ciclo de crescimento entre 2003 ou 2004 e 2008, em dois milhões de empregos. Significa, gente, como esses municípios guardam relação com a questão do crescimento?

A cada três habitantes, um tinha emprego formal, é mais ou menos disso que se trata, nós vamos depois olhar para as diferenças com relação ao grupo, municípios incluídos entre os 20% com menor receita per capita. Outra conta que mostra o dinamismo econômico expresso sem receita per capita, seja em emprego e agora em transferência de governamentais, é a seguinte: quando a gente olha as transferências seja do Bolsa Família, seja do regime geral de Previdência, na média brasileira, essas transferências significam cerca de 8% do nosso PIB. O Bolsa Família significa 0,4%. Para esse grupo, esses valores são muito menores, ou seja, mostrando que com dinamismo maior, com uma economia maior, as transferências se dissipam ao longo desses municípios, significado para o regime geral de Previdência 5% do PIB deles e 0,1% apenas do Bolsa. Vamos passar agora para o outro grupo, o outro extremo: os 20% que tem menor receita per capita. As diferenças são gigantescas. Em termos de PIB, ele é cerca de metade do PIB daqueles que constituem os 20% com maior receita per capita, por uma população de 53 milhões, significando um PIB de R\$ 6,2 mil.

Ou seja, um PIB que é menos da metade da média nacional e cerca de cinco vezes menor do que o PIB daqueles de maior receita. Nesse grupo, diferente do outro, a composição não é tão uniforme. Quer dizer, é basicamente municípios pequenos e mais São Paulo lá no outro. Aqui, a gente tem 780 municípios com menos de 50 mil habitantes, mas a gente tem municípios bastante expressivos do seu ponto de vista populacional, como Salvador, que botei em homenagem ao Euler, para agradá-lo, Belém, São Gonçalo, Maceió, Feira de Santana, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Montes Claros, Vitória da Conquista e outros. Eu quis deixar claro isso, gente, porque esses municípios constituem aglomerados urbanos bastante

constituídos e, se a gente percebe o que significa eles constarem entre os 20% com menor receita per capita, significa o seguinte: populações de porte bastante considerável não têm, a partir dos seus municípios, capacidade de financiamento de suas políticas muito expressiva, não é por outra razão que estão no grupo dos 20% com menor receita. E aí eu tomei um exemplo, podia me alongar aqui, mas eu não quero discutir a questão do desenvolvimento desses municípios, mas associar esse debate ao planejamento e aí resolvi tomar um exemplo, que é o de Belém, que é um cidade com cerca de 1,5 milhão de habitantes.

Mais ou menos a gente tem 50% dos domicílios em assentamentos precários, que é um nome bonito para favela, e taxa de homicídios cerca de 36 por 100 mil habitantes, alguma coisa que está razoavelmente acima da média nacional, taxa que entre 2000 e 2007 cresceu mais de 60%. Então, Belém é um caso bastante significativo porque ele conjuga a questão social, dinamismo econômico, crescimento populacional e vão se avolumando, enfim, uma série de questões que deviam ser objeto de políticas públicas, de planejamento, etc. Há esforços em políticas urbanas para, por exemplo, tratar a questão dos assentamentos precários. Há esforços na transferência de renda, mas a mim é bastante preocupante, qual é o tratamento que as áreas que lidam com o tema planejamento oferecem, por exemplo, para um aglomerado urbano desse porte com capacidade de financiamento muito baixo das suas políticas e ao mesmo tempo com problemas tão expressivos.

Aqui, aquela conta do emprego formal novamente. O grupo dos 20% de menor receita per capita gerou cerca de 1,5 milhão de postos formais de trabalho públicos e privados em 2003 e 2008, significando que, em 2008, eles tinham 15% dos vínculos formais do país embora tivesse uma fatia da população maior, cerca de um quarto. Naquela relação habitante/emprego formal, se lá no outro grupo a gente tinha três habitantes para cada emprego formal, aqui a gente tem, para cada nove habitantes, um emprego formal. Então quando a gente fala “o crescimento econômico repercutiu, etc.” Ele repercute diferentemente nos mercados regionais. Quer dizer, a chance de se obter um emprego formal é substancialmente diferente, três vezes maior para os municípios que estão no primeiro

grupo que a gente selecionou. Aqui, a tese fica novamente evidenciada, quer dizer, pela importância das transferências. As transferências do regime geral de Previdência significam 14% do PIB dos municípios de menor receita. Vocês lembram o significado de menos de 5% dos de maior, e no caso do Bolsa Família significa 1,5% do PIB contra 0,1% dos municípios de maior receita.

Novamente aqui se inverte a questão. Na distribuição regional dos mil municípios de menor receita per capita, prevalecem, são mais frequentes aqueles do Nordeste, com 614, ao contrário do que acontecia lá na outra distribuição, em que o Sul e o Sudeste eram regiões predominantes. Eu fiz esse breve quadro empírico para chegar a uma idéia que eu já declarei. Como são montados os nossos processos sobretudo em âmbito federal, mas também na relação do governo federal com estados e municípios e aqui, de novo, eu não estou me referindo às políticas setoriais, eu não estou me referindo ao PAC, à política de infra-estrutura urbana, eu não estou me referindo à transferência de renda, estou falando sob o ponto de vista do planejamento. A minha pergunta básica é: a gente planeja e orça mirando operar esse quadro que, por exemplo, eu constituí da maneira como vocês viram?

A gente poderia ter constituído sob outra forma, por exemplo, sob o ponto de vista estritamente regional? Para mim, a resposta hoje é não. Então é quase impossível falar de resultado, conforme a gente gosta de falar em planejamento se nós não planejamos, digamos assim, a partir de uma estratégia explicitas de responder esses desafios. Quer dizer, os nossos canais funcionais são suficientes para atingir esses desafios, para combinar, digamos assim, vulnerabilidades dos municípios com suas dificuldades de financiamento. E a partir de uma visão como essa, combinando esses dois elementos, que a União, digamos assim, meça o seu apoio sob a forma suficiente para alterar esse quadro econômico, social, ambiental, etc. E aí eu tenho clareza que o nosso plano hoje é baseado fundamentalmente em um registro de ações, é quase um cadastro de ações que não guarda muita relação com essas estratégias as quais eu estou fazendo referência, de maneira que, digamos assim, fica por conta das políticas setoriais traçarem ou não essa estratégia.

E por consequência, fica muito difícil. A gente associa muito a noção de resultado consciente ou inconscientemente ao custo de fazer. Olha, qual é o custo de fazer? A rigor eu acho que, conforme a gente monta nossas peças, enfim, nossos instrumentos de planejamento e de orçamento, a gente precisa avançar substancialmente no custo que há em não praticar determinadas políticas. Ou seja, não aparecer na nossa peça orçamentária, na nossa peça de planejamento as formas como enfrentaremos os desafios, por exemplo, dos municípios que combinam vulnerabilidade com incapacidade de financiamento sem explicitar o tipo de apoio que nos dará alguma segurança sobre a mudança desse quadro, mesmo que em um tempo médio de quatro anos, para mim praticamente inviabiliza que tratemos políticas públicas, programas, enfim, sob a ótica do resultado. Particularmente na questão federativa, eu acho isso. Quer dizer, quando a gente registra os nossos planos, uma ação e distribui limites para essa ação e, a rigor, são as estratégias setoriais que vão ou não trabalhar as estratégias federativas e específicas, e é claro que sempre haverá espaço para as especificidades, nós perdemos uma incrível oportunidade de fazer o gasto público dialogar a partir dessas peças centrais com essas problemáticas de sub-financiamento de políticas, de vulnerabilidades mais acentuadas e de oportunidades que os municípios, estados, enfim, as populações mais pobres desses municípios estão perdendo em função do fato de que nós não sabemos se a gente tem canais suficientes para atingir esse público.

Então, para mim, esse quadro empírico foi montado basicamente para que eu pudesse exemplificar, digamos assim, como a gente precisa avançar no conhecimento dessas expressões empíricas, etc. para montar planos, orçamentos de modo que a saiba quais subvenções são necessárias para alcançar determinados municípios sem as quais jamais isso será feito. Quais ações demandam esforços na capacidade institucional dos municípios requererem recursos e esses esforços têm que estar associados aos nossos planos para que a gente vença quais obstáculos, quais desafios? Do contrário, a gente segue mirando fundamentalmente o custo de fazer as coisas esquecendo-se de que, a rigor, a gente não tem elementos mais razoáveis a partir dessas peças centrais para chegar a conclusões se o

nosso gasto das nossas alocações, o nosso planejamento de quatro anos significa ou não alteração desses quadros.

Então, eu não queria, digamos assim, oferecer soluções, opinar a respeito delas aqui, mas, na verdade, a minha intenção era de expor esse quadro, expor essa reflexão para vocês, indagando, querendo dialogar com vocês sobre que tipo de plano e que tipo de orçamento é montado para vencer desafios concretos, que tipo de orçamento pode estar radicado, digamos assim, em uma noção de resultado que, em quatro anos, fazendo as alocações, a gente garanta a entrega de bens, de serviços que sejam centrais para que o Estado possa, digamos assim, ser responsável não só do ponto de vista fiscal, mas também do ponto de vista de universalizar as oportunidades, reduzir as desigualdades, de assegurar o crescimento econômico. Então essa é minha reflexão para vocês.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Quero agradecer ao doutor Bruno Moretti. Como lhe conheço, já esperava provocações. Lembrar aos presentes, quem quiser fazer perguntas, o pessoal de apoio está nas laterais, faz por escrito e nós vamos passar ao palestrante e ao debatedor após a participação do debatedor. Então agora vamos ouvir a participação do doutor Júlio César Mantovani, atual subsecretário de Orçamento da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Rio de Janeiro.

**Senhor Júlio César Mantovani:** Boa tarde a todos, meus colegas de carreira. Eu também sou do Rio de Janeiro. Eu sou um analista de Planejamento e Orçamento do primeiro concurso, que foi do decreto-lei, já tem algum tempo. Para a gente é uma honra muito grande estar aqui trazendo a idéia que a gente tem do problema, que a gente consegue enxergar um pouco diferente quando a gente muda de lado. Eu trabalhei no governo federal, no Orçamento do governo federal, SOF, MEC, Desenvolvimento, Saúde, Previdência, Defesa e a gente não tem essa visão da dificuldade do outro lado. A gente acha que a gente faz, que está pronto e que está bom. A grande questão da dificuldade hoje que a gente vê na forma que está se elaborando por não ter um plano que se preocupe, na sua elaboração, em formular e dar as diretrizes para onde se vai, o governo federal quer ir, que às vezes também não compatibiliza com

a demanda do Estado ou com as necessidades dos municípios. O governo federal não tem e o Estado também não tem. Aqui não é crítica, eu acho que o fórum mais adequado é o nosso, porque a carreira é nossa, que nós trabalhamos com isso. Então, quando a gente fala que a gente tem isso claro porque, à medida que a gente consiga melhorar essa transparência e esse recado da política de governo, os estados podem melhorar.

A capacidade de financiamento, que a gente vive com ela hoje no estado, a margem é mínima. Nós não temos absolutamente nada para fazer de novo. O dinheiro é curto, é escasso e nós do Rio de Janeiro nos apavoramos mais ainda quando alguém diz que vai acabar com o royalty, nós vamos ficar sem pagar polícia. Isso é um troço que pode ocorrer, não ter dinheiro para pagar polícia porque, à medida que você tira R\$ 5 bilhões do orçamento do estado do Rio, algum lugar vai faltar porque desse dinheiro R\$ 1,7 bilhão vem para a União, para pagamento de dívida, R\$ 200 milhões vai para o fundo do ambiente, esse você não faz nada na área ambiental. E os outros R\$ 3 bilhões são destinados a pagar os aposentados do estado. Não tendo esse dinheiro, nós temos que carregar recursos do Tesouro. Aí a coisa fica mais complicada ainda. Isso é uma questão importantíssima para o país quando você vê isso, fora municípios grandes que hoje sobrevivam e talvez estejam até nessa margem dos 20 maiores dentro dos que recebem royalties. Mas o que acontece é o seguinte: a coisa não é clara. O que o estado do Rio quer, o que os municípios do estado do Rio querem e o que o governo federal quer e que se possa convergir.

É essa visão que estou tentando trazer. Ela é solta, ela é dispersa. Não existe alguma coisa que defina. Tentaram resolver esse problema colocando prazo para apresentação dos orçamentos após o orçamento da União, para que você pudesse fazer a concorrência de recursos. E isso não acontece, a gente não consegue enxergar isso na peça orçamentária e nem nos planos. Esse é um desafio que a gente traz para ser pensado dessa forma, de melhorar isso. Não adianta o estado do Rio pensar “eu vou fazer isso, isso e isso no governo federal do estado do Rio” e o governo do estado tem outro tipo de prioridade. Então a dificuldade que a gente tem é nesse fluxo



das informações, no que fazer, como fazer, alinhar os planejamentos em si para você utilizar. Hoje, o grande financiador, o grande prestador de investimentos públicos no estado do Rio de Janeiro é o governo federal através do PAC. Grande parte do dinheiro é do PAC e a nossa contrapartida ao PAC ela basicamente toda de operação de crédito, que o estado também não tem. Eu acredito que assim seja em outros lugares. Mas na política corrente, política de segurança, política educacional, política de saúde isso é espasmódico. Isso corre assim, “ah tem esse caso, vamos resolver, tem esse caso, vamos resolver”. Você não tem uma coisa pensada para ser definida. Então não adianta a gente falar na questão do país enquanto federação em termos de planejamento quando está solto. Talvez se perca muito dinheiro em relação a isso.

Nós reclamamos, eu reclamo muito quando alguém chega e diz o seguinte: “olha, nós vamos construir mais dez UPAs”, que é aquela unidade de pronto-atendimento, de pronto-socorro. O Ministério da Saúde vem aqui e dá o dinheiro do investimento, mas eles deixam o dinheiro do investimento, volta e deixa a conta da manutenção no estado. São apenas exemplos, deixa a conta de manutenção. O ano que vem, o Ministério da Saúde terá dinheiro para investir de novo, mas o estado não vai ter mais dinheiro para colocar no custeio porque essa política do investimento com o governo federal – são exemplos claros - vai sufocando os estados e municípios e pelo problema político, dos governantes gostarem muito de inauguração você vai ficando com uma conta impagável depois, porque eu acho que aí não está bem dimensionado. Uma coisa que falta, para mim, é essa conversa, esse diálogo e esse indicativo do seguinte: o que eu vou fazer lá? O que vai custar? O que eu vou poder manter? É mudar um pouco a visão também do planejamento e pensar em uma forma mais integrada e mais federativa mesmo.

Não adianta eu fazer a minha parte e empurrar a outra parte para lá, isso é função do estado, é atribuição dele, ele que se vire, porque ele não vai se virar, o município não vai se virar. Eu não acho que tenha um culpado nisso. Não é que eu tenha que ser, que dizer “ah, tem um culpado”. O que eu entendo é que falta essa visão de sistema de desenvolvimento do dia-a-dia. Então nós pagamos por isso. Quando você chega, disseram agora. “Vamos inaugurar um hospital na

Baixada Fluminense”. Custo do hospital: R\$ 160 milhões. Bacana, pega um financiamento com o Ministério da Saúde, pega no BNDES, pega no Banco do Brasil e constrói o hospital. Ele custa R\$ 160 milhões todo ano para ficar aberto. Então essa questão é que tem que ser revista. Como se faz e como vamos conduzir, mudar um pouco a cabeça dos planejadores, dos distribuidores de recursos a nível federal para saber o seguinte: isso que eu estou pensando em fazer é viável? O município suporta? Tem município no Brasil que o MEC vai lá, entrega ônibus novo, bonito, eu já tive a oportunidade de ver, e ele não tem condição de pagar o diesel para o ônibus rodar. Porque não tem renda para isso, esses municípios menores.

É uma conversa que tem que mudar, o planejamento tem que começar a enxergar esse tipo de problema para poder você chegar e resolver, equacionar a situação. Essa é visão que eu tenho, não trouxe dado porque, na verdade, eu vim para ouvir e acho que você precisa da mesma coisa. No final, não com as palavras que eu usei, mas na questão do planejamento em forma de pensar e preocupar com a questão dos outros entes que participam da federação. Enfim, esse é o meu recado, resolver essa questão do planejamento de forma que ele indique aos outros entes da federação o que se pensa para que esses outros entes possam discutir com um ente federal, tanto ente municipal como estadual e federal. Uma negociação melhor, uma articulação melhor para melhorar o nível de alocação e melhorar o resultado da aplicação desses recursos públicos. É o pouco que eu tinha a dizer e agradeço a todos.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Bom, já que não apareceram questões, eu vou tomar a liberdade de fazer uma questão aqui. Eu gostaria de ouvir a opinião de ambos. A visão está exposta, mas é interessante ouvir o que pensam vocês, principalmente o nosso palestrante. De que forma o sistema de planejamento e orçamento ou como ele é, ou como ele deveria ser, conforme já foi discutido hoje brilhantemente pela manhã. De que forma ele pode contribuir para encontrar, buscar soluções para resolver o problema de índices que não tem capacidades de financiar as suas políticas e, ao mesmo tempo, tem grande carência social. Como é que nós podemos caminhar, na visão de vocês, para que o sistema de planejamento

contribua, se é que pode contribuir, se é que está dentro da governabilidade dele fazer alguma coisa.

**Senhor Bruno Moretti:** Primeiro, só uma questão que eu anotei aqui, mas esqueci de falar, que esses dados todos foram rodados pelo Rafael Jacomé, que está ali, e me permitiu fazer essa apresentação. No campo das propostas é claro que a gente tem que fazer um plano plurianual 2012-2015 daqui a pouco e é claro que essas discussões estão se dando particularmente no âmbito da Secretaria de Planejamento. Eu vou ser sincero a vocês, algumas linhas que eu estou, digamos assim, defendendo a respeito da questão. Primeiro, o plano da concepção. A gente fala “para onde a gente quer ir?” quer dizer, quais os desafios que a gente quer vencer. Eu acho profundamente ruim quando a gente organiza nossos planos com idéias genéricas, radicar isso, acabar com aquilo, universalizar sei lá mais o quê. Acho que a gente tem que fazer um esforço gigantesco de investir em conhecimento no setor público como um todo, para que a gente tenha capacidade mais expandida de saber trocar, digamos assim, esses universais, que são óbvios, por questões específicas. E que nos dêem segurança sobre os rumos para onde a gente quer ir.

Por exemplo, eu falo já em encher o saco do Eugênio dez vezes com esse exemplo. A mortalidade infantil, alcançar um dígito na mortalidade infantil. Dificilmente alguém seria contrário a isso. Eu acho que esse desafio, para começar, o ponto até onde o Brasil chegou hoje nos leva a ter que discutir o acesso, por exemplo, não fundamentalmente o acesso ao saneamento, que é importante, mas hoje ele repercute menos sobre a mortalidade infantil e mais, por exemplo, a qualidade dos hospitais, a assistência ao parto, enfim. É uma coisa que está no nosso imaginário, que são os grandes serviços, aquela mortalidade associada à pobreza mais dura. Mas, na verdade, hoje o Brasil tem um problema sério nas chamadas [inaudível] que são em decorrência de boas medidas da assistência ao parto, do trabalho dentro do hospital. Que tipo de intervenção, se a ótica do plano tenta lidar com redução da mortalidade infantil, primeiro nós temos que ter um olhar muito específico para o Norte e para o Nordeste. Segundo, esse olhar tem que passar pelo

financiamento de ações centrais na melhoria da assistência ao parto. Sem isso nós não avançamos na área.

Eu estou só oferecendo esse exemplo para mostrar a que eu me refiro quando falo de trocar os universais, radicar o analfabetismo, reduzir a mortalidade, responde muito o específico. Para isso, de novo, é fundamental o esforço seja nos entes subnacionais, seja no governo federal, que os técnicos das áreas de planejamento e de orçamento sejam não especialistas em um planejamento ou em um orçamento, que sejam técnicas, mas que lidem diretamente com esses grandes desafios das áreas. É preciso que a gente saiba planejar e orçar sabendo se, depois de quatro anos, no próximo PPA, a gente consegue reduzir a mortalidade infantil sabendo que nós financiamos e aonde financiamos, por exemplo, essa melhoria da assistência ao parto. É muito diferente de erradicar ou reduzir um dígito o analfabetismo, não nos dá condições de estruturar um plano e um orçamento sabendo onde se quer chegar e dialogando com os entes sub-nacionais fazendo as devidas contratualizações ou pactuações.

Número dois para mim. É fundamental que a gente entenda de uma vez por todas que planejamento lida com meios também. Eu acho super curioso que as áreas setoriais vão oferecendo soluções específicas para destravar suas políticas, para resolver impasses e alcançar resultados. Então o PAC, por um conjunto de procedimentos, ele facilita a execução do investimento, seja no plano do terreno, que é um problemão, por exemplo, lá para o Rio de Janeiro, seja do ponto de vista de como ele lida com as suas despesas, classificando-as como obrigatórias. Cada qual vai oferecendo soluções. Se você constrói um cadastro único para evitar convênios e aí a execução é mais célere e você não esbarra nas pendências fiscais lá do CALC. Cada qual vai oferecendo soluções específicas e, nós fazemos planos de orçamento sem saber, de fato, se a gente está orçando de maneira compatível não só com as vulnerabilidades ou com as oportunidades que as políticas viabilizam, mas também com os meios à nossa disposição para que a execução se dê de forma que a gente possa alcançar esses índices. Isso que eu estou chamando de desafios concretos.

Então a gente faz contrato de uma maneira que não nos permite atingir metas, mesmo assim, a gente planeja e orça em torno de ações que dependem dessa forma que a gente tem hoje de fazer contrato. Depois, a gente ainda jura por Deus e fala: “meu Deus, o cara é muito ineficiente, ele não gastou” quando, na verdade, a peça orçamentária, o plano por vazão para essas intervenções, primeiro, sem conhecimento pleno de como é que elas, digamos assim, viabiliza que os desafios sejam superados. Quer dizer, essa superação de desafios influentemente se localiza de maneira muito diferente nos diversos municípios e estados. E número dois: sem saber exatamente se a gente tem construído esses canais institucionais para chegar aos públicos que mais demandam essas ações.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Olha só, quem desejar, ao invés de mandar a pergunta por escrito, se manifestar verbalmente identifique-se, tem um microfone que já vai chegar. Eu vou passar a palavra, primeiro para o doutor Júlio Mantovani para fazer uma observação e, depois, as participações dos senhores.

**Senhor Júlio César Mantovani:** Eu queria fazer uma observação, talvez alguém pode achar que está fugindo do tema, mas eu acho que ela é importante e ela dificulta. Talvez, o tempo que nós temos para montar essas peças, o nosso prazo para fazer cada passo desse, ele não seja bem conceituado e bem definido na sua temporalidade. Eu acho que já começamos errado com o nosso plano plurianual sendo entregue junto com o orçamento. Eu vivo nisso há muitos anos e tenho [inaudível]. Você começa a fazer o orçamento e rever plano plurianual. Ele se torna rapidamente revestido de um formalismo somente. Ele não serve mais para nada a partir do primeiro momento. O pessoal do Orçamento não tem lido, quando é elaborado, o plano plurianual. Está sendo ao contrário em todos os ministérios onde eu trabalhei. Temos que terminar o orçamento para poder fazer revisão de PPA. Isso é um negócio, para mim, completamente estranho porque o plano que devia dirigir o orçamento passa a ser consequência do orçamento. É um problema nosso e ele existe. É um problema para quem trabalha na área do orçamento e para quem trabalha na área do planejamento. Nós

temos que rever isso para que o plano seja diretivo, para que ele seja indicativo e orientador do orçamento.

Então isso dificulta a não discussão maior que anteceda as elaborações das peças a nível nacional com o governo federal, visando o foco dele, dizendo o foco dele para que os governos estaduais, os governos municipais possam também ponderar as suas demandas e fazer ajustes nesses focos para que concorram melhor ao alcance de resultados, erradicação da pobreza, construção de moradias populares, enfim, que isso fosse bem definido com antecedência. Isso não acontece. Eu não enxergo isso nesse período que eu estou trabalhando. Então fica uma coisa de atirar daqui para lá. Dificuldades nós temos. Por exemplo, um estado. Quem está lá, eu estou lá e estou vendo, o cara do estado fica maluco porque passa aqui em Brasília ou recebe um telefonema de Brasília e o ministro diz “olha rapaz, eu tenho aqui R\$ 10 milhões para o estado”. Aí o cara vem aqui, volta e fala “ah, arrumei R\$ 10 milhões para o estado, mas você precisa de me dar R\$ 1 milhão para contrapartida”. Eu pergunto: tirar de onde? Eu não tenho. “Mas tem que tem R\$ 1 milhão senão eu vou perder R\$ 10 milhões”. É um negócio absurdo. Isso veio a acontecer no mês de outubro, novembro e isso acontece.

O dinheiro do Estado já está todo comprometido e você não consegue re-dirigir. Nós temos esse troço, nós ficamos nos ministérios. Eu estou falando aqui, no dia 30 de dezembro procurando quem tem espaço para fazer convênio. Você amarra o ano inteiro, você leva o ano inteiro para chegar no final do ano. Aí o dinheiro chega, [inaudível] ele é devolvido no ano seguinte com o Estado ainda pagando juros. Então são problemas do dia-a-dia que pouca gente que está no Planejamento e no Orçamento aqui sabe que isso acontece. O pessoal da execução tem esse conhecimento maior e isso ocorre. Talvez nós tenhamos que, na oportunidade de rever a lei de finanças públicas, rever essas datas. Os órgãos, as secretarias nacionais responsáveis pelo planejamento e orçamento - SPI e SOF – promover os seminários específicos, vamos dizer em hipotética data, não é sugestão, todo mês de maio acontece isso para discutir essa questão para o próximo exercício. Vamos supor. Mas isso tem que acontecer. Hoje não se conversa. Poucos programas

são conversados a tempo de ter bom final lá na frente. Não adianta você chegar no final do ano e falar “eu tenho dinheiro” porque eu não como dar a contrapartida e outras coisas que acontecem.

Eu estou usando o caso que aconteceu só para mostrar, a metodologia legal é competência da União, ela é do INMETRO, o INMETRO é que faz isso. Com a Constituição, mudou. Nos estados existia o IPEM, que era o Instituto de Pesos e Medidas do Estado, que faz toda essa fiscalização. Fazem um convênio com o INMETRO e recebem esse dinheiro e paga o pessoal, paga a gasolina dos carros, paga tudo. O IPEM do estado do Rio está com problema na Justiça sobre uma dívida com o INSS e agora o INMETRO falou que não pode mandar o dinheiro porque é proibido, porque ele deve para o INSS, então ele não pode receber dinheiro do governo federal. Como é que eles resolvem? Eu falei: “fala para o INMETRO que vocês não vão mais fazer a fiscalização”. Ele vai contratar os funcionários, ele vai ter que comprar os carros, vai ter que gastar, fazer um investimento grande. Sem essa questão não tem como ser equacionar. Mas são problemas de dia-a-dia e a questão da metodologia pode passar que isso não é importância para o Estado, mas é. Nós vamos comprar um quilo com 900 gramas, nós vamos comprar um tecido qualquer com a textura diferente do que ele é indicado.

Então são coisas que a sociedade não enxerga, mas isso acontece todo dia. Então são problemas que a federação tem que resolver. Olha, isso é seu, eu vou fazer por você porque eu tenho estrutura aqui. Mas quando é que você vai me substituir? Quando nós vamos terminar isso? Porque para o estado, meus amigos, é bom, para os políticos do estado porque tem mais um presidente para nomear, tem mais uns quatro ou cinco diretores para nomear com o dinheiro do INMETRO. O Estado não vai achar ruim. Mas do ponto de vista do dia-a-dia, isso acontece, isso é só para fazer uma ilustração. O tempo é importante, tem que ser revisto, e essa acertada para poder fechar com antecedência os projetos e as políticas que se pensam no país.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Ok. A organização me informa que as questões por escrito têm prioridade. Então tenho duas questões. Eu as farei. Peço ao palestrante e ao debatedor que sejam breves e, depois, já percebi duas pessoas que levantaram a mão e gostariam de se manifestar. Então eles respondem e, depois, eu passo a palavra e peço que todos sejam breves. Nós já estamos nos nossos últimos dez minutos. A primeira pergunta do senhor Euler. Até que ponto a inserção da dimensão territorial do planejamento do governo federal pode reduzir os problemas de coordenação destacados pelo doutor Júlio Mantovani? E a segunda: a autonomia dos municípios dificulta o processo de integração das políticas públicas? Do senhor Damasceno. Bruno, você quer começar?

**Senhor Bruno Moretti:** A segunda.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Então vamos fazer o seguinte: o Júlio responde a primeira, que foi dirigida em relação ao que ele destacou.

**Senhor Júlio César Mantovani:** Veja, eu entendo que essa questão da dimensão territorial, ela é uma organização de trabalho. É lógico que você vai pegar uma região do Nordeste com perfil bem diferente do Sudeste, mas você tem o Norte de Minas [inaudível] Nordeste. Então essa questão você tem que re-abarcar isso aí, reorganizar é a discussão, quando eu chamo de nacional, ela só se viabiliza se ela for regionalizada porque senão você vai ter tanta gente em um local que não sai nada de lá. Eu vejo mais como uma questão até de organização de trabalho e de definição de demandas. Mas eu acho importante sim.

**Senhor Bruno Moretti:** Sobre a autonomia dos municípios, as pessoas dizem: 'com o mundo de municípios que a gente tem a coisa não anda, o município não tem nenhuma capacidade de executar as coisas, muito menos de financiá-las'. Eu procuro partir a rigor de um ponto de vista pouco mais claro. Nós, enfim, por exemplo se a gente olha com o PAC que, de alguma maneira, se reorganizou esse esforço, o secretário também fez menção a isso. Quer dizer, de dialogar com as esferas estaduais e municipais para



investimentos, sobretudo, no campo urbano, que eram carteiras que estavam paradas há um bom tempo, e aí você vê na prática as pessoas reaprendendo a fazer e algumas questões que o secretário tocou aqui são interessantes. Uma sobre as tendências fiscais e a outra das contrapartidas. Eu estou descobrindo que não bastava você ter despesas asseguradas, você tinha que ir tomando medidas para viabilizar aqueles gastos que foram sendo feitos e foi isso que eu fiz referência quando falei em alguma coisa parecida com simplificar procedimentos. Estou só trazendo isso rapidamente.

Entre os pontos que o Euler tinha perguntado, eu queria registrar esse. Acho que a gente tem que parar de depositar tudo em lei e achar que isso resolve. Acho que a gente tem experiências mal sucedidas de depositar tudo em lei. Precisamos saber como a gente pactua com estados, municípios em torno de questões que estão postas de maneira muito simples nas leis. Deixemos a complexidade dos procedimentos para os acertos e para a flexibilidade necessária para a gente conseguir executar recursos e resolver problemas. Então, do ponto de vista da autonomia, eu prefiro tomá-la como um dado na medida que eu não sou cientista político. Não me interessa muito ficar discutindo até que ponto isso dificulta, mas acho que a gente tem que reaprender a fazer articulação. Aí, sobretudo o governo federal, a colocar carteiras e estabelecer diálogos com os municípios de modo a viabilizar sua execução em vários sentidos, no sentido de como dialoga com as contrapartidas, com as metas, como acompanha, como é que excepcionaliza grupos e municípios em função de algumas características, como é que não excepcionaliza outros. Esse esforço, para mim, nós não podemos ficar radicando em tudo, em lei de finança, lei do plano, lei do orçamento senão o mundo nunca vai ser da forma como os artigos e parágrafos querem.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Ok. Tem uma pessoa aqui que solicitou. Peço que seja breve e as respostas também têm mais uma lá, tinha alguém aqui que tinha levantado também. Por favor.

**Senhor Antônio Amado:** Primeiro, felicitar os expositores e o coordenador pelos trabalhos. Eu acho que tocaram em um ponto que é, no meu entender, [inaudível] e que é a causa fundamental da

fragilidade do orçamento e do planejamento. Ou seja, nós fazemos programas e fazemos planos sem saber concretamente para quê. Tudo porque não sabemos as causas e os problemas. Como quando nós nos baseamos somente nos dados primários, “tantos analfabetos”. Mas isso representa causas diferenciadas. Não são as mesmas no município A, B, C, F, etc. Há tempo que o SPI teve a intenção e acho que fez um excelente trabalho no sentido de identificar a problemática de cada município. Os grandes problemas. Eu acho que isso é fundamental. Sem isso, o planejamento perde mais do que “fazer para ter resultados”, que é outro engano que anda por aí, de orçamento por resultados. Virou moda. Está perturbando a administração pública. Porque parte do programa.

O programa é instrumento para ter resultados, mas surgem os problemas. Resultados do programa não significam nada se não se referem aos problemas e suas causas. Não querem esse tipo de [inaudível]. Entendo perfeitamente que esse problema já [inaudível] na SPI. Está preocupada com isso e é fundamental que se resolva. Mas, vai ao que disse o nosso amigo Júlio, que tem que haver conhecimento do governo federal sobre os estados e dos estados sobre os municípios. Para que essa informação permeie todas as decisões que se tomam por referência ao planejamento, ao orçamento, etc. Outra coisa que me veio e que eu queria falar. Eu acho que têm várias, mas aqui se sente justamente a problemática de quem muda de posição. O Júlio foi e é ainda da carreira. Nós trabalhamos muito tempo com os [inaudível] federais. Mas agora está a nível de estado. E como eu disse, está um pouco perturbado com as relações que existem entre União e estados.

E possivelmente se perturba agora, porque agora tem que cuidar também dos municípios. É isso que dá a vivência, dá a experiência e dá a realidade da nação brasileira. Não há [inaudível], sobretudo desse [inaudível]. E se nós não tomarmos isso em conta, estamos fardados ao fracasso. Eu os felicito pela exposição e queria que os senhores comentassem um pouco mais sobre tudo. A categoria “problema”, que está também banalizada. Porque a gente fala “problema” por toda parte e o pessoal fala: “isso não é problema”. Mas “problema”, como categoria de planejamento, tem um sentido

muito forte. Os problemas têm causas. E se nós não vamos às causas, dificilmente resolveremos os problemas.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Dado ao adiantar do tempo, eu vou, primeiro, passar a palavra, tem mais uma pessoa aqui, tinha uma aqui que me informaram que tinha levantado antes. Depois, essa senhora, tem alguém mais aqui. E pedindo mais uma vez: vamos ser breves, por favor.

**Senhora Maria Stela Reis:** Boa tarde. Meu nome é Stela, eu sou coordenadora-geral de formação de carreiras da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A pergunta é para o doutor Bruno. Eu gostaria de saber qual a avaliação dele sobre aquele modelo de programa territórios da cidadania como um possível canal de pactuação, a respeito de alocação de recursos para as unidades subnacionais.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Ok. Mais uma senhora aqui, por favor.

**Senhora não identificada:** Boa tarde. Parabéns para vocês. Eu também, como o Júlio, entrei nessa carreira em 1970. Agora, me aposentei, passei por vários órgãos, comecei no STI, Ministério da Ação Social, coordenadora de orçamento, planejamento, EMBRATUR, INMETRO, INPI e agora estou aposentada, estou no interior de São Paulo, em Lorena. Quando a gente fala em orçamento de municípios, eu quero dizer de uma coisa chamada plano-diretor. O plano-diretor é obrigatório em todas as cidades e agora todas com menos de 50 mil habitantes. Eu participei da elaboração de dois planos-diretores nessa área de planejamento, orçamento, planejamento estratégico. Tem uma coisa muito importante que a União precisa saber, os estados sabem mais ou menos, que as cidades, inclusive os municípios, eles não sabem a vocação deles. E se você não sabe a sua vocação, você não pode fazer o seu planejamento. Na década de 70, para vocês verem que eu sou um pouquinho mais avançada na idade, eu participei de um estudo do CODIVAP, que é o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba.

Nós fizemos o estudo das cidades pequenas e médias do Vale do Paraíba. Nós detectamos todos os problemas de planejamento, orçamento. Mas o que aconteceu? É um livro maravilhoso, nós ainda temos a reunião de todos os prefeitos, mas nós não temos solução. Por quê? Porque falta, inclusive, treinamento. E eu acho que esse treinamento tem que vir da União porque, inclusive, aquilo que o Júlio falou, que são os prazos, no município você não tem isso não. [inaudível] Então os vereadores falam para os ministros assim: “porque o meu deputado arrumou ‘x’”. Aí você fala: “mas espere aí, você não tem planejamento”. LDO no município não existe, orçamento existe números julgados. PPA ninguém sabe o que é, e olha que Lorena é uma cidadezinha que está ali ao lado de São José dos Campos, que é tido como a capital do Vale. Porém, Loren é tida sabe como? A capital das cidades mortas do Vale do Paraíba e que tem um grande potencial de turismo, mas que nada é integrado nem com o nosso Ministério do Turismo, nem com a SPI, com nada. Então eu acho que, se a gente pegar esses consórcios como a gente tem no Vale do Paraíba e São Paulo, Estado e União podemos desenvolver, inclusive fazer um modelo de desenvolvimento estratégico desse país. Certo?

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Ok. Obrigado. Eu tenho mais uma pessoa que tinha levantado, essa senhora aqui, e eu termino com ela.

**Senhora Marta:** Vou falar bem rápido. Meu nome é Marta, eu ainda não sou apta, sou pré-aprovada no concurso. Vim a convite só ao seminário e gostaria de reforçar na ênfase e já que foi tocado no assunto da autonomia municipal, que eu acho que autonomia é um dado e acho que, inclusive, muito incentivada. Acho que é papel da União fortalecer os municípios. O desenvolvimento institucional e dar condições para que os municípios tenham capacidade de gerenciar acima de seus projetos. Eu coordenei por muitos anos um programa do HBB de Olinda e percebi que, muitas vezes, o tempo que nós gastávamos com a análise dos produtos e com a liberação de recursos era muito maior do que com a própria

elaboração de produtos. Então isso é um entrave imenso que acho que precisa ser realmente avaliado e considerado.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Eu vou passar então a palavra ao doutor Bruno Moretti, ao doutor Júlio Mantovani para realizarem as respostas de algumas questões e já falarem suas palavras finais, ok. Por favor, sejam breves também.

**Senhor Bruno Moretti:** Vamos lá. Essas breves considerações aqui a cada uma das quatro questões que foram colocadas. Sobre a questão de problema, eu só acho que a gente corre um risco imenso. E isso é explícito quando a gente olha para o plano, de formatar essencialmente esse debate e quem lida com planejamento e orçamento, e eu acho que esse equívoco a gente faz o tempo inteiro, a gente dialoga com o outro lado, que é o lado que está tentando produzir as políticas, como quem cobra dele que caíam em determinados métodos. Isso é um mau entendimento um pouco dessa questão. Por isso, eu tenho defendido, inclusive dei o exemplo aqui da mortalidade infantil, que façamos agora os exercícios de trás para frente. Ou seja, vamos olhar para as áreas e ver se elas constroem suas intervenções em torno, por exemplo, sobre, repartição institucional a cada secretaria, o que é um erro, ou se elas constroem suas intervenções para resolver problemas.

Porque de alguns anos para cá, com o crescimento mais estável, as receitas aumentando, as despesas aumentaram, a gente escolheu fazer um monte de coisas e aí escolheu fazer mais coisa na área urbana, na transferência de renda, na área agrária, por exemplo, em rodovias. Será que a gente fez baseando-se em quais escolhas? Será que eles têm clareza dessas escolhas? Eu sou capaz de avaliar algumas delas, evidentemente agora não para não tomar um chute na canela do Euler, mas eu diria aos senhores que, mesmo que as áreas não portem conhecimento metodológico sobre construir programas, elas construíram verdadeiras intervenções e alguns resultados aparecem. Pior de tudo: sem que a gente passasse necessariamente pelo plano ou, se passasse, que isso fosse quase que como um cartório que registra uma determinada ação, um determinado problema. Ah, diz aí como é o problema.

Então acho decisivo que nós tenhamos a capacidade de construir uma visão sobre quais são os desafios que o Estado brasileiro tem pela frente. Tem um monte de gente falando em um Estado forte, que é um Estado que é ágil, que sabe responder. E pouca gente dizendo assim: “olha, em circunstâncias em que as nossas carteiras aumentam, as nossas ofertas aumentam, a gente diz sim. para quê? Por quê? está certo?” E não simplesmente podemos ser a turma do não e nem a turma de “olha, como a gente responde? Você quer um programa metodologicamente assim”. Acho que precisamos ser, digamos assim, não os guardiões de determinados métodos, mas os guardiões da construção de desafios concretos a partir dos quais a gente consiga organizar as intervenções, os programas, enfim. Aí eu já entro na questão do território da cidadania, que é um exemplo desse. Eu fico com vergonha de falar de território da cidadania na presença da Isadora, que está aqui e que sabe tudo disso, mas vou tentar.

Quando a gente começou a olhar o programa, Stela, dos territórios da cidadania o presidente tinha uma prioridade explícita para esse programa e nós descobrimos que, para efeito de transferência voluntária, 70% dos municípios estavam com pendências no Calc. Então o programa era estéril do ponto de vista das transferências voluntárias entre União e os entes federados. Isso nos motivou a começar a discutir, a perceber que o programa é inovador na medida em que ele combina diferentes eixos para tentar mudar a faceta, o quadro econômico, social, produtivo dos territórios. Isso era muito inovador. Tanto é que esse é um exemplo, por isso que eu estou colando uma questão na outra porque eu acho que o território da cidadania não cabe bem no nosso método hoje de fazer programa oficialmente no PPA. Então a gente não pode deixar de registrar o desafio de trabalhar os territórios da cidadania, de aumentar a nossa entrega de bens, serviços para os territórios da cidadania porque temos um método que não dialoga exatamente bem. A gente precisa ter um método que traz qualquer desafio para as políticas públicas brasileiras.

E aí, nesse caso, o desafio é o seguinte: esses municípios, os 1.800 municípios que compõem os territórios da cidadania particularmente fazem parte daquele grupo em que o Estado

brasileiro quase que tem estrutura montada para não chegar lá, está certo? Por convênios, contratos de repasse, etc. Então, aqui é claro que o desafio compreende uma forma de fazer os bens chegarem. Não adianta a gente ter belíssimas concepções sobre território e não saber como a gente constrói. Para mim, isso tem que estar registrado, inclusive no plano plurianual. Quais caminhos a gente percorre para conseguir fazer a união e dialogar, entregar bens e serviços nesse território. Hoje o nosso modelo, para mim, não dá conta disso, mas acho que é fundamental que seja dado para combinar a questão de concepção com o de implementação. Para terminar, tem duas questões. A questão da autonomia de fato dá a entender que era um problema com o qual tinha que lidar. É isso mesmo, você tem razão. Assim, nas áreas de saúde, de assistência social é belíssimo você ver a experiência da autonomia do município, mesmo que com muitos problemas para conseguir executar essas políticas. Mas o processo de descentralização, assistência da LBA. Então não tem nem comparação, é um passado que ninguém quer voltar a ele. Aí eu vou falar alguma coisa de cidades que vocês duas comentaram.

Eu gosto muito desse ângulo de cidades. Por isso eu resolvi fazer a apresentação não baseada nas disparidades inter regionais, mas mais no grupo de municípios. A gente está lá na secretaria tentando trabalhar cada vez mais com isso. Eu acho que a União voltou a trabalhar o tema urbano depois de muito tempo, urbanização, planejamento urbano, enfim, áreas de risco por exemplo. Esse é mais um desafio que eu acho que tem que ser tragado pelo plano. Como é que a gente lida com a questão urbana sob o ponto de vista, por exemplo, de fazer quase que um território da cidadania aplicado ao campo urbano, por exemplo? Quer dizer, isso eu acho importante porque inclusive a nossa intervenção no campo urbano, do ponto de vista do governo federal, não seja uma intervenção só de obras, mas uma intervenção, como a senhora mencionou, da organização do território urbano. Acho que é fundamental trazer para dentro do plano o desafio de produzir um espaço urbano mais coeso. Quer dizer, o tipo de relação entre governo federal e entes sub nacionais, que tipos de relação se trava aí, é fundamental, mas tem que ser mediado por esse desafio eu acho do espaço urbano não

só produtivo economicamente, mas sobretudo mais coeso econômica e socialmente. Obrigado a todos pela paciência.

**Senhor Júlio César Mantovani:** Eu inicialmente gostaria de parabenizar na pessoa do nosso presidente a ASSECOR pela realização desse evento. Acho que devemos perseguir isso a todos os anos e incrementar mais porque, com certeza, enriquece e fortalece a carreira. Isso é até uma visão bem corporativa do ponto de vista da qualidade do nosso conhecimento. Isso é muito mais importante, às vezes, do que está fazendo assembleia para discutir coisa nenhuma, mas eu acho que esses fóruns são extremamente importantes para trazer um crescimento, é a oportunidade de reciclagem que nós temos. O tema eu acho que ele não se esgota, ele é muito longo, as complexidades do país são muito grandes. Eu particularmente sobre a questão de autonomia do município eu tenho uma posição política, que eu acho que nós temos que buscar isso todo dia, que vai ser a nossa salvaguarda de liberdades, pois os municípios são os lugares onde nós vivemos. Nós não vivemos no estado e nem vivemos na União, nós vivemos nos municípios, nós usamos estradas do município, água do município, luz do município, os supermercados estão no município, as escolas estão nos municípios.

Enfim, por isso que eu acho que a célula mais importante do regime federativo deve ser reforçada, reforçada e devemos levar para eles, tentar levar de uma certa forma, através de políticas de governo, o crescimento técnico e profissional nas prefeituras. Eu venho de um município de interior, nós somos seis irmãos, saímos todos para estudar e somente dois voltaram. Um para continuar com o negócio que era do meu pai e outro porque abriu lá uma empresa. O resto foi embora e a verdade é a seguinte: as inteligências do município estão saindo porque os municípios não conseguem absorver. Eles formam os seus filhos e os seus filhos vão embora para as grandes cidades. Não tem incentivo. A partir do momento que você começar a incentivar, a reforçar e as prefeituras tiverem que segurar alguém, com certeza os municípios vão evoluir porque ficam as pessoas mal educadas do ponto de vista da educação formal, não a educação de berço, a educação formal. São essas pessoas que restam no



município porque elas não têm a oportunidade de migrar e, quando migram, migram para condições piores.

Essa é a questão dos pequenos municípios. Nós temos que reforçar isso não para tutelar, eu não acredito em tutela. A descentralização é extremamente importante. Exemplo: descentralização da merenda escolar. No Ministério da Educação deixou-se de comprar bacalhau para o Amazonas. Quando era centralizado, comprava-se bacalhau para mandar para o Amazonas. De lá ele era jogado fora porque o pessoal gostava do peixe fresco. Simples exemplos e assim a gente vê coisas absurdas nas coisas que são decididas a dois mil quilômetros, 1.500 quilômetros sem conhecer a cidade. Então, nós temos que reforçar autonomia municipal levando para eles exigências que eles se capacitem mais, as exigências para se capacitarem mais. Esse é o meu recado e agradeço a compreensão de todos e peço desculpas pelas limitações por mim apresentadas. Muito obrigado.

**Senhor Euler Albergaria de Melo:** Nós da ASSECOR queremos agradecer aos palestrantes e entregar o certificado. Muito obrigado a todos. Com a palavra, o nosso mestre.